

Da Educação Patrimonial à Cidadania

Cléria Botelho da Costa ¹

Resumo

O artigo discute a educação patrimonial enquanto uma prática cidadã a partir de uma pesquisa em desenvolvimento – Educar para a cidadania: Brasília Patrimônio da Humanidade em realização, numa escola pública do Plano Piloto, com crianças na faixa etária de 7 a 8 anos. Ao longo das oficinas realizadas, as crianças construíram uma posição subjetiva e coletiva ao buscarem sentidos comuns para o que viam e experienciavam na cidade, ao exercerem as funções de fotógrafos, entrevistador e pesquisador e, por meio do ato de narrar, reelaboraram a noção de cidade Patrimônio da Humanidade enquanto um espaço comum. Partimos do argumento de que a identificação com a cidade, o amor a ela é o móvel que conduz os sujeitos a uma prática cidadã. Em outros termos, o sentimento de pertença a um grupo, a uma cidade estimula a participação coletiva em práticas de preservação do patrimônio.

Palavras-chave: Brasília. Cidade. Patrimônio. Educação. Cidadania.

¹ Professora do Departamento de Historia, em nível de graduação e pós-graduação, na UnB e professora do Mestrado em Turismo do Centro de Excelência em Turismo na mesma universidade. E-mail: cleriabotelho@gmail.com.

Introdução

O artigo tem como propósito discutir a educação patrimonial enquanto um exercício de cidadania, em Brasília, capital Patrimônio da Humanidade. Partimos do argumento de que a identificação com a cidade, o amor a ela é o móvel que conduz os sujeitos a uma prática cidadã. Em outros termos, o sentimento de pertença a um grupo, a uma cidade estimula a participação coletiva em práticas de preservação do patrimônio.

Em geral, no nosso cotidiano, pensamos as cidades e o patrimônio somente, no seu aspecto tangível, material: as ruas, os monumentos, as praças, dentre outros, percebemos o que nos é visível, imposição de um pensamento racional. A maior parte dos estudos sobre Brasília focaliza a suntuosidade de seus monumentos, a linearidade de seus traços, a beleza arquitetônica de seus prédios enfim, a sua porção visível. Destarte, ensina Calvino (1990:22) que dentro de uma mesma cidade existem muitas outras, cidades invisíveis para a maioria dos seus habitantes. È destas cidades invisíveis que mora na Capital Patrimônio da Humanidade que tratarei neste artigo – a cidade das crianças, dos operários, dos migrantes. Cidades invisíveis que expressam uma dimensão do patrimônio cultural da Capital brasileira, que além de constituir um bem material, dispõe também de uma inestimável riqueza histórico cultural.

Mas, como apreender essa riqueza histórico-cultural do mundo urbano? Qual a importância desta dimensão invisível na compreensão da cidade? Qual a relação dos turistas com essa cidade Patrimônio da Humanidade? Estas perguntas surgiram na investigação Educar para a cidadania: Brasília patrimônio da humanidade, uma pesquisa ação que vem sendo desenvolvida no Plano Piloto da Capital Federal e que tem como objetivo mais amplo fortalecer a identificação de crianças com o Capital Patrimônio para que possam amá-la e preservá-la. Trata-se, portanto, de uma pesquisa ação que vem sendo realizada, em caráter experimental, na Escola Classe da 106 Norte, antes de ser replicada a outras escolas da cidade. Vale, no entanto lembrar que sob o olhar da literatura desenvolvimentista, as crianças são consideradas como sujeitos em formação por isso alijadas das decisões sobre os destinos das cidades se tornam meros espectadores, usuários passivos dos serviços e bens oferecidos por ela. E no que diz respeito ao exercício dos direitos civis e políticos ela criou um patamar

demarcado por delimitações etárias. Nesse sentido, infância e juventude são consideradas etapas de desenvolvimento do sujeito e, portanto, circunscreve a participação ativa deles apenas em determinados espaços como o escolar e o doméstico. Não comungamos com tal compreensão teórica. A pesquisa vem sendo ancorada a partir do entendimento de que a Cidade Patrimônio não deve ser recriada somente pela percepção e prática dos adultos, mas que crianças e jovens têm também o direito de querer e o dever de recriá-la, reconstruí-la juntamente conosco (Castro: 2001: 119).

A reconstrução do sentimento de pertença

A pesquisa ação conta com a participação da professora, auxiliada por duas doutorandas do curso de Historia da UnB e de 26 alunos, com idades entre 7 e 8 anos. As crianças são oriundas de classe média, moradoras da Asa Norte, espaço privilegiado cultural e economicamente. Na primeira oficina realizada com as crianças ficou decidido, em formulação conjunta, que a pesquisa deveria resultar em uma ação coletiva e então decidiram pela feitura de um jornal sobre o bairro no qual está circunscrito a escola, espaço onde quase todas residem. As crianças foram divididas em grupos: de entrevistadores, de fotógrafos, de articuladores.

Num primeiro momento, foram realizadas discussões sobre o significado de a cidade ser patrimônio da humanidade e, ao mesmo tempo, as responsabilidades de seus moradores para com ela e sobre o cotidiano das crianças na urbe. Realizados os debates, foram elaborados cartazes com as conclusões e afixados em toda a escola. No debate sobre a cidade enquanto patrimônio da humanidade foi realçado que embora o critério decisivo para Brasília receber aquele título tenha sido os seus traços arquitetônicos modernos, avançados para o mundo, o patrimônio da cidade é também constituído pelas pessoas que nela reside, por sua memória histórica, suas tradições por tudo que humaniza os homens na sua relação com os outros homens.

O grupo de articulação convidou operários da construção civil que trabalharam na edificação da cidade para narrar o cotidiano da sua construção; levaram também, até a escola, avós de alguns deles que aqui vivem desde o alvorecer da cidade a fim de narrar como era a cidade, como viviam os seus moradores nos primeiros tempos da construção. Num segundo momento foram efetivadas de visitas das crianças às primeiras construções da cidade tais como a Catedral, aos 28, como era conhecido, á época, o prédio da Câmara Federal e ao

prédio do Senado Federal. Nessas visitas foram narradas, pelos próprios construtores, a história que se esconde por trás daqueles prédios suntuosos. Foi efetuada também, uma visita à Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, primeiro núcleo da Capital Esperança, onde se localizavam: feira, mercado central, encontros dominicais dos primeiros moradores para o parque lazer, dentre outras, a fim de que as crianças pudessem entrevistar moradores, fotografar pessoas, espaços e objetos tanto do passado quanto do presente.

Por meio daquelas atividades nosso objetivo era possibilitar que as crianças conhecessem locais da cidade nunca antes visitados, se adentrassem e sentissem um pouco da história desses espaços e desse modo, deles se reapropriassem e os recriassem. Isto porque entendemos que o conhecimento é sensorial se inicia com a percepção. Logo, conhecer e sentir se misturam na constituição do sentimento de pertença a um grupo, a um lugar. Neste sentido, podemos interpretar que conhecer o espaço onde vivemos é o primeiro passo para amá-lo e que amar a cidade onde nascemos é um estímulo ao desenvolvimento de práticas coletivas, práticas cidadãs. Assim, percebemos que na medida em que as crianças ampliavam o conhecimento sobre os espaços da urbe, que deles se apropriavam bem como os recriavam, fortalecia a identificação de cada uma delas com a cidade onde vivem ou nasceram se tornavam parte dessa cidade grande contemplada pela UNESCO como patrimônio da humanidade.

Pensamos que a importância desta fase da pesquisa se tornou mais forte porque vivemos no século XXI, tempo em que o espaço urbano se converteu apenas em um lugar de trânsito, de passagem, de perambulação, o espaço do flâneur. Não há tempo para lembrar as histórias dos construtores desses espaços, seus sofrimentos e alegrias, as resistências empreitadas, dentre muitas outras dimensões das histórias cotidianas. Situação agravada quando observamos que o contato dos moradores com a cidade se faz por rotas fixas que reduz a possibilidade de ampliação do conhecimento de outros espaços, dificulta a construção de uma imagem global do território urbano (Paccini: 2003). Ao se tratar de crianças, a questão toma uma forte dimensão, uma vez que o roteiro delas é reduzido a casa, escola, parques e shoppings.

Entendemos que a reconstrução do passado apresenta-se como uma questão crucial na discussão do patrimônio, uma vez que a patrimonialização exige o estreitamento da relação entre passado e presente (Hartog, 2006:22). Todavia, os séculos XX e XXI, podem ser apreendidos como presenteistas, ou seja, supervaloriza o hoje, o agora em detrimento do que já se foi das lembranças do outrora. Não comungamos dessa forma de pensar, apreendemos o patrimônio como um vestígio do outrora no presente que ilumina a construção do futuro, em outros termos, que se configura na tridimensionalidade - presente, passado e futuro - pautado numa concepção de tempo benjaminiana (Benjamin: 1989:226).

As crianças ao se adentrarem por novos espaços conheciam um pouco da história da sua cidade, dos sujeitos migrantes que fizeram à capital, do dia a dia dos moradores nos tempos da construção. Assim, tiveram acesso a vozes excluídas da sociedade brasileira, vozes que a história oficial teima em não incluir na historiografia e desse modo, estabeleciam um liame do presente com o pretérito, com o mundo dos vivos e dos mortos. Dessa feita, elas foram estimuladas a perceber a cidade como um espaço da diferença, como um espaço entrelaçado por uma polifonia de vozes.

Carlos Drummond de Andrade, um mineiro que viveu 53 anos no Rio de Janeiro, no livro *Cadeira de balanço* (1998:42) volta seu olhar para as características inumanas que a cidade moderna vem assumindo e reconhece que a morte da cidade do Rio de Janeiro é também a sua morte. Ele se reconhece como parte da cidade, está intimamente ligado a sua história. Por isso, sofre com o jogo urbanístico de construir/destruir/reconstruir – “Tudo que acontece nesta bate no peito daquele e retumba com maior ou menor intensidade (...). Fui incendiado com o Parc Royal e com o Cinema Alhambra; tive pesadelos com o prédio Elixir do Nogueira; estou sempre em construção, demolição, reconstrução”.

Drummond anuncia seu amor, sua forte identificação com a cidade do Rio de Janeiro e convida-nos a pensar na dimensão identitária dos moradores mirins da Capital Patrimônio. Em uma das várias oficinas da nossa pesquisa, uma menina de 8 anos comentou - “essa coisa da prisão do Arruda faz doer meu coração porque assim, não estão dizendo que nossa cidade é suja”? Pela sua verbalização observamos que o sentimento de pesar da criança se manifestou não em relação à prisão do ex-governador, mas em relação à imagem da cidade

como corrupta a que revela a sua identificação com a Capital onde nasceu ela também se sente parte da cidade.

A formação de um sentimento coletivo

Num segundo momento, foi discutida a realização de uma atividade coletiva a qual foi definida, por quase todos da sala, como a produção de um jornal. Este deveria abordar: as dificuldades cotidianas vivenciadas pelos moradores da Asa Norte / cidade; os significados de Brasília ser Patrimônio da Humanidade para os moradores do bairro, as práticas para salvaguardar Brasília como Patrimônio da Humanidade e, como esse espaço é vivenciado pelas crianças, em outros termos, qual a relação das crianças com esse espaço. Após alguns instantes de discussão, houve a sugestão de um passeio pelas ruas do bairro e posteriormente, a escolha dos locais que elas gostariam de visitar. Os quais ficaram definidos como: um shopping, passeio a quadra na qual se localiza a escola, uma construção de um prédio e ao Núcleo Bandeirante. Quanto às tarefas, destacaram a realização de entrevistas e de fotografias, conseqüentemente foi organizado um grupo de entrevistadores e outro de fotógrafos.

Inicialmente, a visita pelo bairro foi apreendida como “brincadeira”, na qual a garotada planejava levar guloseimas e brinquedo, além de uma oportunidade para não estar em sala de aula. Todavia, no decorrer das oficinas percebemos que esse sentido se escoava no tempo, era carta morta, as crianças já concebiam a visita como uma oportunidade de realizar as tarefas planejadas, de conhecer, cada vez mais as pessoas, o espaço onde habitavam, sem, no entanto, perder o seu significado lúdico, pedra de toque no imaginário do mundo infantil. Observamos que os moradores mirins buscavam desempenhar com responsabilidade suas tarefas, ajudavam colegas na realização das entrevistas, ao sacarem as fotografias, demonstravam espírito de cooperação e solidariedade aos colegas e assim, estampavam ar de felicidade em suas fisionomias. Vale narrar que uma “pesquisadora” mirim no momento de realização de uma entrevista notou que as pilhas do pequeno gravador estavam gastas. A reação de pânico da garota foi rapidamente desfeita pelas atitudes de vários colegas que, imediatamente, dela se aproximaram com gravadores para oferecê-la, com palavras de solidariedade para confortá-la: “isso acontece mesmo, não fique triste”. Outra dizia: “já aconteceu com minha mãe que é jornalista”, numa atitude de generosidade e carinho.

Notamos, também, que durante o “passeio”, os petizes não se mantiveram meramente como transeuntes, mostrou interesse em reconhecer o bairro/ à cidade onde viviam. Com esta intenção perceberam buracos na rua, aparelhos de telefone público quebrados, prédios em construção, os flamboyants amarelos floridos, detalhes que o trajeto em rota fixa, o cotidiano do cidadão pressionado pela rota do tempo não mais é capaz de apreender como revela a fala de um garoto: “passo aqui todo dia com meu pai, mas não me lembrava desse lindo flamboyant florido”. Ao desenvolverem a atividade, eles se reconheceram como entrevistadores, como fotógrafos, enfim se identificaram como pesquisadores. Desse modo, assumiram outras identidades, além de aluno, criança o que me remonta a Stuart Hall (2005: 23) ao mostrar que as identidades não mais devem ser compreendidas como fixas determinadas. Elas são plurais e mutáveis.

Nessa nova identificação, observamos a relevância dos objetos: prancheta, caneta, gravador, câmera na identificação das crianças como pesquisadoras. Expressavam para o grupo signos (Canclini: 2005: 28), suportes materiais dos símbolos, carregavam um conjunto de conotações que permitiam as crianças se definirem como “entrevistadoras”, “fotografas”, enfim como pesquisadoras. Sobre essa nova identificação vale realçar que uma transeunte ao ser entrevistada indagou a outra criança se não gostaria de entrevistá-la também e essa de pronto respondeu, “não porque eu sou fotógrafa e não entrevistadora”. As crianças que exerciam as atividades de “fotografas” se mostraram muito desinibidas e cúmplices umas com as outras. Uma senhora que estava na banca de revistas da quadra demonstrou seu desagrado ao ser fotografada sem seu aceite, rispidamente esbravejou: “ Não quero sair na Globo e nem quero ser famosa”. Imediatamente, os “cinco “fotógrafos”, unanimemente ecoaram com muita cumplicidade – “ a senhora é muito mal educada, ele não tirou sua foto por querer”.

Em outra oportunidade, outro entrevistador perguntou a uma moradora do bairro se sabia que a nossa cidade é Patrimônio da Humanidade e essa respondeu “não sabia por que morava aqui há apenas dois meses” e logo uma criança se expressou “é patrimônio porque temos uma história, temos os construtores da cidade que vieram de outros lugares para construir nossa linda cidade” e outra continuou “ porque não temos fios na rua, porque fazemos um pão de queijo bem gostoso”. Enquanto isso outro pesquisador mirim fazia perguntas bem pessoais a um transeunte: “qual é seu signo? Você gosta de chocolate?” e dizia

ao colega “isso também é importante para o nosso jornal”. Notamos, sobretudo, pelas últimas perguntas que os petizes estavam interessados em conhecer o seu entorno, em conhecer as pessoas que compartilhavam o mesmo espaço, denotavam interesse pelo outro, aquele que para eles era desconhecido. Assim, se descentralizavam do seu eu em busca do outro, do coletivo.

Ao palmilharem pelo bairro, elas visitaram uma obra próxima à escola da qual até então percebiam apenas o seu aspecto tangível. Na visita, procuram saber por que a obra estava construída, muitas indagações surgiram: “você trabalhou na construção de Brasília? Você conheceu JK? Em que cidade você mora? Você tem casa para morar? Você sabe que você mora numa cidade Patrimônio da Humanidade? Com certeza estas indagações foram motivadas pelas discussões realizadas nas oficinas. Elas sinalizaram para a cidade invisível que mora na Capital e ao mesmo tempo, revelaram uma compreensão do patrimônio alicerçada nos meandros da história, nos fazeres e saberes de homens comuns, no perfume das lembranças de um outro tempo.

Em dias seguintes, algumas crianças, por elas mesmas escolhidas, apresentaram em outras salas da Escola a experiência do “passeio” ao bairro. Isso porque entendemos que ao narrar suas experiências do “passeio” elas traziam um pouco da cidade para dentro da escola fortalecendo essa relação tão necessária, mas às vezes muito esquecida pelos educadores e pais. Ao narrar elas não contavam somente o que os olhos puderam ver, mas também o que sentiram ao revisitarem um espaço que transitavam no cotidiano, mas que pouco conhecia. A cidade praticada da qual se refere Certeau (1990:14) é entremeadada de afetos, desafetos, lembranças e significações, em constante transformação.

No ato de narrar o “passeio” as crianças construía sentimentos para suas experiências individuais, o que significa na prática, falar e escutar, concordar e discordar, enfrentar estranhamentos necessários ao processo de compreensão, mas também rir junto, passear junto, identificar-se com seus pares, com o grupo. Não reproduziam somente o que lhes fora visível, mas se apropriavam e ressignificavam espaços da cidade, por meio de linguagens, de representações e da prática. Assim, tornavam visível a Cidade Patrimônio, aos demais alunos da escola.

O desenrolar de uma prática cidadã

Desde o início da pesquisa-ação as crianças foram estimuladas a manifestarem suas opiniões sobre a Cidade, especialmente, no que tange a vida infantil na cidade, o que gostam e o que não gostam as dificuldades percebidas quanto às práticas de preservação da cidade enquanto patrimônio, dentre outras. Em uma atividade grupal, foi pedido a elas que se dividissem em dois grupos: um para pensar e arrolar as dificuldades vivenciadas pelos moradores mirins na cidade e quanto à preservação da cidade Patrimônio da Humanidade, e outro para refletir e apontar sugestões de encaminhamento para as dificuldades assinaladas.

Dentre os problemas demarcados, destacaram: a violência urbana (seqüestro, assalto) e sobre essa questão, um garoto relatou que as crianças não gostam de “dar o seu carro”, explicando que isso significava ser assaltado e entregar o carro, como havia acontecido há poucos dias com seu pai; desobediência no trânsito como “não obedecer à faixa de pedestre”; uma criança narrou que fazia pouco tempo que ela fora acidentada ao atravessar uma faixa de pedestre, perto de sua casa; o desconhecimento dos moradores de Brasília ser um Patrimônio da Humanidade, sobre a questão relatou uma moradora mirim “eu também não sabia, fiquei sabendo agora”; “muitas comidas caras que os pobres não podem comprar”, apontou um morador mirim e completou “eu fico muito triste com isso”; outro colocou - “ter mais livros para todas as crianças estudar” e mais uma acrescentou “tem muitas crianças na rua pedindo esmola” e completou “parece que elas não têm mãe”; outra criança apontou “o turismo” e algumas logo retrucaram não concordo - “eu vim de Recife, eu não sou daqui”; outro “eu sou de Santa Catarina” e, “nós não somos um problema”. Depois de discussão da professora com a turma sobre o turismo na cidade elas reconheceram que na Asa Norte, ainda há pouca atividade coletiva de preservação patrimonial, que o turismo traz benefícios e malefícios e que a cidade é pouco conhecida como Patrimônio da Humanidade.

Quanto aos espaços que mais gostam na cidade destacaram: a superquadra relatou uma criança “eu gosto das árvores, lá tem muito lugar para a gente brincar”; outra “eu acho o meu prédio lindo e gosto muito dele”; outra relatou: “eu gosto de minha escola que é da minha quadra” e outra arrematou: “para mim Brasília é a cidade mais linda do mundo, ela também é meu patrimônio”. “Em relação ao que poderia ser feito para minimizá-los, o grupo sugeriu: “inventar novas comidas mais baratas para os pobres comerem”; “ter novos shoppings para as coisas para os pobres serem mais baratas”; “ter mais escolas”; “fabricar

mais brinquedos”; “ter mais parques”; “as pessoas gostarem mais da cidade”; “as pessoas saberem mais que Brasília é Patrimônio da Humanidade”.

Nessa atividade, percebemos que as crianças conseguiram articular discussões anteriores ocorridas nas oficinas sobre patrimônio, sobre a violência na cidade com situações vivenciadas por elas no cotidiano. Medos e preocupações foram compartilhados com colegas e vislumbraram algumas formas de encaminhamento, forjadas no coletivo para seus temores e desejos. Além disso, notamos que elas não se detiveram somente nas questões vivenciadas no dia a dia, certamente a sensibilidade os encaminhou para a percepção da desigualdade social, da exclusão tão comum mesmo na Capital criada para ser vitrine do país. Dessa forma, elas se descolaram do micro, do que estava a sua volta e olharam para um entorno maior, a cidade. Essa percepção que conjuga cotidiano e entorno maior revela que os limites dos espaços por onde as crianças transitam não correspondem aos limites dos espaços de pertencimento. Conseqüentemente, as soluções vislumbradas, na maioria, dependiam do poder público, os encaminhamentos foram pautados na preocupação com o coletivo, com o bem comum.

Ao final, alguns membros sugeriram que as conclusões do grupo fossem encaminhadas ao presidente Lula e discutiram a possibilidade de entregá-lo pessoalmente. E nessa discussão outra criança se posicionou, “sei não, mas acho que isso deve ser entregue ao nosso Governador”, proposta que em coro foi rejeitada “nos queremos entregar ao presidente Lula”. Vale observar que esse encaminhamento revela o reconhecimento das crianças dos seus limites de ação por isso seria necessário conjugá-la ao poder público.

Durante a elaboração do jornal as crianças puderam ouvir as experiências dos outros na cidade e narrar suas próprias vivências. Compartilhando o ato de narrar enquanto uma conjugação das experiências do narrador e do ouvinte como postula Benjamin (1998:216). Criando assim, um sentido da vivência em comum no espaço onde vivem. Na pesquisa-ação as crianças puderam reconhecer o bairro, a escola como delas, espaços passíveis à reinvenção delas, deslocando-as de uma condição mais as sujeitada para uma posição ativa, como sujeitos da sua história. O jornal, para elas significou a construção de uma narrativa singular sobre a cidade de Brasília, pautado pelo sentido coletivo de sua construção. Desta forma, essa pesquisa-ação se distanciou da concepção clássica de cidadania, que se limita à idéia de direitos/ deveres preconizada no século XIX, se ancorou na premissa de que a cidadania é um processo contínuo de aprendizagem cotidiana, de participação

coletiva. Sob o olhar de Carvalho (2004:12) as pessoas se tornam cidadãs à medida que se sentem parte de um Estado, de uma nação. E podemos acrescentar, quando se sentem pertencentes ao lugar onde moram no âmbito da convivência com os outros. Ser cidadão é participar da vida pública e política da cidade (Castro: 2004: 218). Acreditamos que o caminho que preparou as crianças para a cidadania foi à participação em uma ação coletiva, o diálogo com um passado que se fazia presente a partir da fala do outro, passos que possibilitaram a apropriação ativa do espaço e fortaleceram o pertencimento de cada uma à cidade onde vivem ou nasceram. Por meio de uma maior participação e presença do espaço público, as crianças puderam ampliar as distintas formas de ver o mundo, traçar novos caminhos que enriqueceriam a vida em comum na cidade.

Referencias Bibliográficas

- Andrade Drummond, Carlos de Cadeira de Balanço, Rio de Janeiro, Record, 1998.
- Benjamin, Walter. Obras Escolhidas, v. I, São Paulo, Brasiliense, 1989
- Carvalho, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- Calvino, Ítalo. As cidades Invisíveis, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- Canclini, G.C. Diferentes, desiguais e desconectados: Mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro, EDUFRRJ, 2005.
- Castro, L. R. Aventura Urbana, Rio de Janeiro, & Letras, 2004.
- Certeau, M. A invenção do cotidiano: Artes de Fazer, Petrópolis, Vozes, 1990.
- François, Hartog. “Tempo e Patrimônio”. In Revista Varia, Belo Horizonte, 2006.
- Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, Rio de Janeiro, DP&A, 2005.